

# A pandemia analisada sob a perspectiva teórica da Geografia como filosofia das técnicas

DOI: 10.544446/bcg.v11i1.528

Silvana Cristina da Silva<sup>1</sup>

## Resenha da obra



ARROYO, Mónica; ANTAS JR., Ricardo Mendes; CONTEL, Fabio Betioli (Orgs.). *Usos do território e pandemia. Dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

★★★

A pandemia da Covid-19 trouxe uma profusão de publicações sobre o tema nas mais diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, interrogamos: qual é a contribuição desta obra para a compreensão da pandemia?

Trata-se de um livro organizado por pesquisadores vinculados ao Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan) da Universidade de São Paulo (USP), que contém quatorze textos reunidos em três partes. A primeira dedicada às análises e reflexões sobre a circulação, conectividade; a segunda investiga a ciência e a política no combate à pandemia, e a terceira centra-se na análise das finanças face à crise pandêmica. Os textos expõem uma interpretação geográfica da pandemia a partir de uma proposta de método, a teoria do espaço geográfico, de Milton Santos, ou seja, parte de um lugar teórico que reflete a Geografia como uma *filosofia das técnicas*<sup>2</sup>.

A obra contém em seu escopo inquietações analíticas e de método sobre as transformações vivenciadas pelo território brasileiro com a pandemia da Covid-19. Os textos possuem uma autonomia-dependente, ou seja, podem ser lidos autonomamente. No entanto, estão integrados e compõem um conjunto coeso do ponto de vista analítico e teórico. Como caminho incontornável da construção desta resenha, apresentamos brevemente cada capítulo: na primeira seção, "Uma leitura

---

1 Silvana Cristina da Silva é Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia pela Unicamp. É Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Campos dos Goytacazes, onde coordena o Grupo de Pesquisa Território e Cidades (TeCidades). Contato: [silvanasilva@id.uff.br](mailto:silvanasilva@id.uff.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3422-6046>.

2 A geografia como filosofia das técnicas aparece em vários livros e artigos do autor, mas, no livro *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*, há uma sistematização sobre essa teoria do espaço geográfico.

autônoma dos capítulos”; na segunda seção, “O conjunto da obra: mais que a soma das partes”, apresentamos uma apreciação global do livro.

### **Uma leitura autônoma dos capítulos**

A primeira parte compõe-se de cinco capítulos. No primeiro, de Mónica Arroyo, o olhar volta-se para as distintas formações socioespaciais da América Latina sob diferentes aspectos e assinala a complexidade de compreensão do *evento* (SANTOS, 2002) da pandemia da Covid-19 em cada um desses países. Embora insuficientes para a magnitude do evento pandêmico, houve diferentes políticas de assistência, especialmente para garantir renda. No entanto, face às carências múltiplas, a vida coletiva solidária apresentou-se como uma possibilidade concreta em algumas periferias e regiões por meio da ação de coletivos e movimentos sociais, destaca a autora.

O segundo capítulo, de André Pasti, traz um consistente panorama sobre a concentração da mídia no Brasil e como a hegemonia dos grupos empresariais da comunicação produziu uma psicosfera que tenta/tentou associar o Sistema Único de Saúde (SUS) à ineficiência e a um serviço público desqualificado. O autor relata a produção dos sentidos que compõe a psicosfera afeita ao neoliberalismo. Tais mídias foram ativas no golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, e na ascensão do presidente Jair Bolsonaro e continuaram a ação com o apoio às reformas trabalhista e previdenciária. A despeito da violência da informação hegemônica, o autor apresenta as *práticas de comunicação ascendente*, que, durante a pandemia, foram importantes ferramentas de informação e de solidariedade.

O terceiro capítulo, de Carolina Batista Israel, apresenta os conceitos fundamentais para qualquer análise e reflexão sobre o ciberespaço e os rastros digitais, ou melhor, rastros geodigitais. A autora realiza uma periodização do surgimento da web à profusão das plataformas digitais, enfatizando a técnica não como externa à sociedade, mas como parte desta. A despeito das abordagens “tecnófilas” ou “tecnofóbicas”, a autora apresenta a técnica com todas as suas contradições e coloca uma questão fundamental sobre a computação e a expansão da digitalização: ela não é neutra e atende a intencionalidades, *uma geometria do poder* ativa; todavia, tudo é feito para que haja uma opacidade das decisões, do poder. A análise dos usos de aplicativos para controle da difusão do coronavírus revela como houve um avanço no acesso aos dados pessoais individuais em massa, em especial aos de localização, com pouca ou nenhuma garantia de proteção do uso dos dados para outros fins; tampouco há evidências da efetividade dos benefícios, conclui a autora.

O quarto capítulo, de Melissa Steda, aponta como houve a difusão dos aplicativos em diversas atividades durante a pandemia. O texto realiza uma radiografia da tessitura infraestrutural da conectividade, reveladora de um tecido social cada vez mais mediado por corporações digitais que aprofunda as desigualdades, acelera as mudanças de hábitos e os comportamentos com a pandemia. Analisa o aplicativo *Caixa Tem* usado para acessar o Auxílio Emergencial e demonstra que os grupos

sociais que mais precisavam do auxílio eram os que tinham menos acesso às condições de conectividade. A contribuição central de Steda versa sobre a cidadania digital como devir.

O quinto capítulo, de Igor Venceslau, que encerra o bloco analítico da primeira parte do livro, traz as transformações vivenciadas pelo território brasileiro a partir do comércio eletrônico. Avalia as redes de varejo que experimentaram enorme expansão nos momentos mais agudos da pandemia, impondo o fechamento dos comércios físicos. Houve uma verdadeira explosão do faturamento do comércio eletrônico, do número de consumidores e de pedidos on-line. Mobilizaram-se novas materialidades e novas táticas para a expansão do consumo, como o uso de imagens vinculadas ao *e-commerce* com propagandas massivas; uma psicoesfera intensiva para promoção do consumo é elucidada pelo autor. As desigualdades territoriais no processo são agudizadas no comércio eletrônico com a reafirmação da Região Concentrada.

O sexto capítulo, de autoria de Ricardo Mendes Antas Jr., que abre o segundo bloco analítico do livro, traz o debate geopolítico do complexo industrial da saúde. O autor nos lembra que as pandemias não são iguais na história e no espaço. A Covid-19 é uma pandemia da era da globalização cujo meio técnico-científico-informacional expõe fluxos quantitativos e qualitativos de mercadorias e pessoas jamais vistos. Os países com capacidade de produção de medicamentos, tecnologias de saúde e produção de insumos foram os que melhor conseguiram reagir ao combate à pandemia. Tal fato reafirma o papel estratégico na geopolítica do complexo industrial da saúde para as formações socioespaciais, segundo o autor.

No sétimo capítulo, de Mait Bertollo, a autora recupera o nascimento do Sistema de Informação em Saúde (SIS) no Brasil — em especial o DATASUS — e destaca sua relevância, hoje, para a coleta e produção de dados sobre a disseminação da Covid-19, a despeito das falhas e subnotificações. Todavia, com a alta capilaridade e abrangência da internet, houve, a partir de alguns nódulos disseminadores de fake news, um alastramento de desinformação relacionada à pandemia da Covid-19 por redes negacionistas da ciência também emitidas pelo próprio governo federal. Em contrapartida, os dados e as informações científicas produzidas pelo SIS, não têm a mesma capilaridade. A autora destaca os sistemas técnicos no contexto da hiperinformação: a tecnoesfera e o sistema de crenças, a psicoesfera. A primeira fornece os meios para a circulação da informação (ou desinformação) com enorme capilaridade no território brasileiro, e a segunda, o conteúdo a ser difundido. No caso das redes disseminadoras de *fake news*, tal conteúdo é produzido racionalmente para mobilizar irracionalidades, atingindo os mais vulneráveis, como evidencia a autora.

O capítulo 8, de Raphael da Silva Almeida, analisa o complexo industrial da saúde sob a perspectiva da produção de um sistema normativo orientado pela psicoesfera (entendida pelo autor como “próteses ideológicas”, a partir do referencial bibliográfico adotado) gerada pela pandemia e também sob a perspectiva da tecnoesfera. O autor mostra, por um lado, como a psicoesfera pandêmica nos conduziu a novos comportamentos e à produção de normas. Por outro lado, expõe

como a tecnoesfera indicou o desigual alcance do SUS no território brasileiro, o que evidenciou a universalidade do SUS como um atributo territorial por excelência.

O capítulo 9, de Carin Carrer Gomes, que encerra o segundo bloco analítico do livro, aborda um tema bastante sensível, a população carcerária. A formação socioespacial brasileira possui um grau de sensibilidade e cidadania que não alcança as classes mais pobres e a população negra em especial. A pesquisadora apresenta números trágicos da população privada de liberdade, dados do sistema prisional e do sistema de justiça, em que a maior parte da população encarcerada é negra, presa por crimes contra o patrimônio e pela lei de drogas, com a maioria em condição de prisão provisória (ilegal). Na pandemia, o sistema de normas e a espiral da negação da cidadania para essa população é agravada. A prática da justiça apresenta-se como punitivista. Dados da tecnoesfera do sistema de justiça apontam a existência de poucas varas de execução penal, o que dificulta o acesso da população acusada de algum crime à justiça. Mais uma vez, evidencia-se a cidadania incompleta, com o espaço como um componente ativo nessa incompletude.

Na terceira parte do livro, o modelo anticívico territorial é exposto por meio das análises das finanças e das perversidades do mercado e da difusão do neoliberalismo, mas também traz experiências de contrarracionalidades. Esse bloco analítico inicia-se com o capítulo 10, de autoria de Fabio Betioli Contel, em que ele examina os Relatórios de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil nos dois últimos anos. Como o autor coloca, trata-se de uma visão “oficial” de como pensam as instituições financeiras e quais são suas inquietações. O autor chama a atenção para as preocupações desses agentes com relação aos princípios neoliberais (riscos fiscais com auxílios temporários, rompimento do “teto dos gastos” e piora da dinâmica da “dívida bruta no médio e no longo prazo”). Ainda é destacado que tais agentes do sistema financeiro não têm grandes inquietações ligadas à governabilidade do Executivo federal. Na verdade, os riscos “exclusivamente políticos” caem no período analisado. A tecnoesfera e psicoesfera operaram em harmonia para que o sistema bancário não tivesse grandes impactos, apesar das incertezas. O que se viu, como finaliza Contel, foi o aumento dos lucros bancários em um período em que se agudiza o empobrecimento da população.

O capítulo 11, de Marina Regitz Montenegro, chama a atenção para as plataformas digitais como técnicas que ampliam a dominação do circuito superior sobre o circuito inferior. Trata-se de um movimento de reprodução da pobreza e de acirramento da oligopolização da economia pelas gigantes dos setores de tecnologia, como GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) e a NATU (Netflix, Airbnb, Tesla e Uber), articuladas com o processo de financeirização. As plataformas digitais extraem renda dos desempregados, dos que não tem renda suficiente em seus trabalhos e dos pequenos comércios e negócios. A despeito do aumento da dominação do circuito superior sobre o circuito inferior, a autora aponta as possibilidades concretas de uma *apropriação criativa da técnica*, o que traz algum alento à análise dura dos dados e do panorama da “plataformização” da economia.

No capítulo 12, Wagner Wendt Nabarro analisa os efeitos da pandemia no mercado de capitais e mostra que as “desregulações” das economias e as preconizações sobre a retirada do Estado da economia são falácias. Os fatos (normatizações e ações de investimentos estatais) provam que, quando há crises como a da pandemia da Covid-19, quem tem condições de sustentar o mercado financeiro, inclusive com ações para mantê-lo “calmo”, são os Estados. Assim, o Estado atuou como fiador da crise para o mercado de capitais, que, por sua vez, se reorganizou tecnologicamente, com a intensificação da mediação das operações via plataformas digitais, por meio de mudanças regulatórias, crescimento das *fintechs*, estímulo à participação de pessoas físicas na Bolsa e até mesmo aumento da força dos influenciadores digitais, como a *finwit*, rede de influenciadores do mercado financeiro. Nesse contexto, a cidade de São Paulo ampliou sua centralidade financeira.

No capítulo 13, Caio Zarino Jorge Alves analisa os regimes de previdência vigentes no Brasil. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) público tem um caráter anticíclico e de combate às desigualdades territoriais ao transferir renda dos municípios mais ricos para os mais pobres e sustentar a economia do circuito inferior da economia urbana. Já o Regime de Previdência Complementar (RPC) – divididos em Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) – tem um caráter cíclico e responde aos interesses do mercado financeiro, conforme mostra o autor. Ele constata ainda como as reformas trabalhista e previdenciária, apresentadas como soluções para o crescimento econômico, responderam às exigências dos agentes financeiros e geraram condições ainda mais precárias para o enfrentamento da pandemia.

O capítulo 14, de Carolina Gabriel de Paula Pupo, fecha o bloco analítico da terceira parte e encerra o livro com a análise sobre os bancos comunitários. Definidos como fixos geográficos financeiros alternativos pela autora, ocupam principalmente as áreas menos “interessantes” para os fixos tradicionais (agências bancárias) e cresceram no momento em que houve uma perspectiva mais cidadã nas ações do Executivo federal (governos do Partido dos Trabalhadores 2003-2015). Os bancos comunitários são regidos pelos princípios da economia solidária, igualdade de autogestão e possuem mecanismos de avaliação de crédito muito próprios, sendo um dos principais o denominado Aval Solidário (AS). Dessa forma, trata-se de uma verticalidade institucional promovida especialmente pela Secretaria de Economia Solidária (SENAES), que fomentou as horizontalidades, conforme aponta a autora. Na avaliação dos efeitos da pandemia, os bancos comunitários passam por situações de dificuldades, especialmente para realizar suas ações nos locais onde estão inseridos e para a manutenção de seus fundos. Entretanto, a despeito da destruição das estruturas do Executivo federal, após 2015, e a pandemia, como expõe a autora, os bancos comunitários apresentam-se sob princípios alternativos à racionalidade das finanças hegemônicas.

### **O conjunto da obra: mais que a soma das partes**

Destacamos a relevância dos temas abordados em cada um dos capítulos, pois são questões fundamentais para a ciência geográfica e sensíveis à vida territorial brasileira do ponto de vista acadêmico-científico e político. Todavia, mais que a soma das partes, o livro traz uma resposta atenta e crítica do papel ativo do espaço geográfico na sociedade, revelada pelas análises dos usos do território brasileiro durante a pandemia da Covid-19. A obra consiste em um conjunto de textos coeso e orgânico do ponto de vista teórico que, por meio de pesquisas rigorosas, sustentadas por documentos, dados, informações e literatura, mostra uma *geografia cruel do vírus no mundo*<sup>3</sup>, em especial no Brasil. Não são análises de ocasião e sim estudos que derivam de um longo trabalho de pesquisas acumuladas pelos autores/as.

Neste livro, o arsenal de método, inspirado em Milton Santos, é colocado à prova face ao *evento* da pandemia da Covid-19, revelando as desigualdades territoriais e explicitando os nódulos do poder geradores destas desigualdades. Tal fato resulta em uma obra relevante para aclarar a *confusão dos espíritos* (SANTOS, 2000) do tempo presente, agravada com a pandemia. Em todos os textos, o meio geográfico, técnico-científico-informacional, em sua fase de digitalização, aparece como central e é operacionalizado por meio dos conceitos de tecnoesfera e psicoesfera. Pares dialéticos indissociáveis, que concretizam uma geografia das técnicas muito bem delineada e avaliada sob distintas dimensões, mostrando um retrato da dinâmica do território brasileiro. Retrato esse que não seria possível se não fosse derivado de longos percursos de pesquisa dos autores/as. Por isso, não se trata de uma obra de ocasião, e sim condensadora de um longo trabalho acadêmico-científico que materializa a proposta de uma filosofia das técnicas, de Milton Santos.

A obra desenha a Geografia do poder (RAFFESTIN, 1993) no período técnico-científico-informacional, que possui raízes profundas no meio geográfico hegemônico pelo capitalismo, agora na era das plataformas digitais, produtor de pandemias e impregnado de uma *psicoesfera neoliberal* (SILVA, 2021). O sistema de conceitos mobilizados na interpretação da sociedade a partir da leitura do espaço geográfico alcança êxito na leitura dos usos do território *vis-à-vis* o evento da pandemia.

Entretanto, é necessário refletir que o livro não admite uma imersão analítica sem que o leitor tenha minimamente visitado as bases teóricas que sustentam as análises, pois a obra concretiza a operacionalização de uma proposta de uma teoria geográfica, o que a diferencia de muitos trabalhos que citam Milton Santos, mas não o utilizam como suporte de método.

Destacamos ainda como o *fenômeno técnico* (ELLUL, 1968) renova-se incessantemente. Na era digital, a *mão invisível é automatizada* (SADIN, 2019), e o poder esconde-se nos algoritmos. Entretanto, a Geografia como filosofia das técnicas, apresentada ao longo do livro, descortina a Geografia do poder hegemônico do meio técnico-científico-informacional e a Geografia do poder

---

3 Parafraseamos Santos (2020).

contra-hegemônico ao trazer outras apropriações da técnica e outras formas de ver e viver o mundo.

Por fim, o livro com certeza não esgota as necessidades de pesquisas para a compreensão dos usos do território brasileiro e dos efeitos da pandemia. Todavia, coloca, sem dúvida, à nossa disposição um conjunto analítico coeso que contribui acadêmica e politicamente para o exame dos impactos da pandemia e, igualmente, para a explicitação da gênese das fragilidades brasileiras no enfrentamento da disseminação do vírus e traz elementos para a construção das esperanças no futuro pós-pandemia.

## Bibliografia

- ARROYO, Mónica; ANTAS JR., Ricardo Mendes; CONTEL, Fabio Betioli (Orgs.). Usos do território e pandemia. Dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.
- ELLUL, Jacques. A técnica e o desafio do século. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968 [1. ed. Francesa, 1954].
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SADIN, E. L'intelligence artificielle ou l'enjeu du siècle. Anatomie d'un antihumanisme radical. Paris: L'échappé, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel Pedagogia do Vírus. Coimbra, Edições Almedina, 2020.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Edusp, 2002.
- SILVA, Silvana Cristina da et al. Meio geográfico, cidade e psicosfera: da pandemia à sindemia global da Covid-19. In: WERNER, M.; RAMOS, T. T.; RIBEIRO, D. (Orgs.) Pesquisas socioespaciais e ambientais. 1. ed. São Carlos, SP: Editora Cubo, 2021.